

Maria da Felicidade dos Santos Lopes, diplomada pela escola da Guarda, com a classificação de 16 valores, professora da escola mixta da freguesia de Feital, concelho de Trancoso—transferida, precedendo concurso para a escola feminina da freguesia sede do concelho de Nelas, circulo escolar de Mangualde.

Direcção Geral de Instrução Primária, em 18 de Abril de 1913.—O Director Geral, interino, *João de Barros*.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial

3.ª Repartição

Por despacho de 17 do corrente:

Jorge Macedo de Oliveira Simões, professor do liceu de Leiria—licença de noventa dias, por motivo de doença.

Abel Nogueira Godinho, professor do liceu de Angra do Heroísmo—licença de sessenta dias, por motivo de doença.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, em 18 de Abril de 1913.—O Director Geral, interino, *J. M. de Queiroz Veloso*.

Direcção Geral de Assistência

1.ª Repartição

Atendendo ao que expôs a mesa gerente da Irmandade do Senhor Jesus, erecta na igreja parochial de Santa Marinha, de Vila Nova de Gaia;

Vistas as informações officiaes:

Manda o Governo da República Portuguesa que ella seja autorizada a vender uma obrigação e um terço doutra, da Companhia das Docas e Caminhos de Ferro Peninsulares, que possui, devendo converter o seu produto em titulos da divida pública fundada.

Paços do Governo da República, em 18 de Abril de 1913.—O Ministro do Interior, *Rodrigo José Rodrigues*.

Atendendo ao que representou a mesa administrativa da Misericórdia de Penafiel;

Vistas as informações officiaes:

Manda o Governo da República Portuguesa que a mesma Misericórdia seja autorizada a vender os papéis de crédito, que lhe foram legados por diversos benfeitores, constantes da acta da sessão do definitório da referida Misericórdia, de 23 de Março último, a fim de converter o seu produto em titulos da divida pública fundada.

Paços do Governo da República, em 18 de Abril de 1913.—O Ministro do Interior, *Rodrigo José Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos effectuados na seguinte data

Abril 18

Bacharel José Joaquim Soares, notário em Silves, e Pedro Mendonça Machado, notário na Povoação—autorizados, provisoriamente, a exercer a advocacia.

Licenças de que estão pagos os emolumentos:

Bacharel Afonso de Albuquerque e Amaral, juiz de direito em Sátão—autorizado a gozar trinta dias de licença anterior.

Germano José de Amorim, notário em Arcos de Valdevez—sessenta dias de licença, podendo gozá-los fora do país.

Direcção Geral da Justiça, em 18 de Abril de 1913.—O Director Geral, *Germano Martins*.

Direcção Geral dos Eclesiásticos

1.ª Repartição

Atendendo ao que lhe representou o presidente da comissão de administração dos bens ecclesiásticos do concelho de Santarém, e visto o disposto no artigo 104.º do decreto, com força de lei, de 20 de Abril de 1911: manda o Governo da República Portuguesa que a dita comissão se conceda a autorização necessária para proceder à venda em hasta pública de estantes e mobiliário, que se compõe de bancos e mesas ordinárias, da sala que foi da biblioteca do Seminário de Santarém; e bem assim a tratar da limpeza do pinhal de Almoester, e ajuntamento e venda da respectiva lenha.

O que se comunica à mencionada comissão de administração dos bens ecclesiásticos do concelho de Santarém para seu conhecimento e devidos efeitos.

Paços do Governo da República, em 18 de Abril de 1913.—O Ministro da Justiça, *Alvaro de Castro*.

Por portaria da mesma data, nos termos e ao abrigo dos artigos 17.º e seguintes da lei citada, e artigo 2.º da lei de 10 do Julho último—aprovados os estatutos da associação cultural de Beduído, com sede na freguesia desta denominação, concelho de Estarreja, distrito de Aveiro.

Direcção Geral dos Eclesiásticos, em 18 de Abril de 1913.—O Director Geral, interino, *Alberto Teles de Utra Machado*.

Conservatória Geral do Registo Civil

Despachos effectuados em 18 de Abril de 1913

Adolfo Gustavo de Mendonça—exonerado de ajudante do posto do registo civil da freguesia das Galveias, do concelho de Ponte do Sor.

César Dinis Bastos dos Reis—nomeado ajudante para o referido posto.

Manuel Tavares Pereira Moita—exonerado de ajudante do posto do registo civil da freguesia de Nogueira da Regedoura, do concelho da Feira.

Licença

Bacharel António Borges Pires, official do registo civil no concelho de Ceia—concedida licença de trinta dias para se tratar. (Pagou os respectivos emolumentos).

Conservatória Geral do Registo Civil, em 18 de Abril de 1913.—O Conservador Geral, *Germano Martins*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É elevado a 15 centavos, a partir da laboração do corrente ano inclusive, o imposto da produção por litro de aguardente até 26º Cartier e à temperatura de 15º centígrados, a que se refere o artigo 7.º do decreto com força de lei de 11 de Março de 1911.

Art. 2.º Fica o Governo autorizado o regulamentar a presente lei e o decreto com força de lei de 11 de Março de 1911.

Art. 3.º É revogada a legislação em contrario.

O Ministro das Finanças a faça imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, em 17 de Abril de 1913.—*Manuel de Arriaga*—*Afonso Costa*.

Direcção Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

Relação n.º 2:330, com referência ao distrito de Lisboa, dos titulos de renda vitalicia que se remetem pela Direcção Geral da Contabilidade Pública ao Inspector de Finanças do dito distrito, a fim de serem entregues às interessadas, na conformidade das respectivas instruções, por isso que tem de ser pagos pelo respectivo cofre central.

Número dos titulos	Referência ao assentamento geral que existe na referida direcção						Observações		
	Dos que tem consideração especial de pagamento	Dos que não tem essa consideração	Titulo do livro	Seu número	Nome do agraciado	Vencimento liquido a que tem direito			
						Classe Inactiva a que fica pertencendo		Anual	Mensual
16:710	-		Pensões.	55	Carolina Quirino Lopes.	Pensões do Tesouro	72 esc.	6 esc.	Vencimento de 18 de Novembro de 1912.
16:711	-		"	55	Luisa Quirino Lopes.	Idem.	"	6 esc.	Idem.

Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 14 de Abril de 1913.—O Director Geral, *André Navarro*.

Direcção Geral das Alfândegas

1.ª Repartição

Por decretos de 14 de abril de 1913:

António Lúcio Santa Clara Júnior e Teotónio José do Carmo Gouveia, escripturários do quadro especial da Alfândega de Lisboa—considerados, para o efeito do abono dos respectivos vencimentos, ao abrigo do disposto no artigo 205.º do decreto n.º 1, de 27 de Maio de 1911, por terem completado cinco anos de serviço privativo do quadro interno aduaneiro. (Vistos do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 16 de Abril de 1913).

Direcção Geral das Alfândegas, em 18 de Abril de 1913.—O Director Geral, *Manuel dos Santos*.

Direcção Geral da Estatística e Fiscalização das Sociedades Anónimas

Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas

BANCO DO MINHO

Balancete em 31 de Janeiro de 1912

ACTIVO

Caixa—Dinheiro em cofre	131:483,133
Fundos flutuantes:	
Fundos, acções e obrigações de companhias e Bancos estrangeiros	372:847,060
Fundos, acções e obrigações de companhias e Bancos portugueses	98:379,600
Hipotecas de raiz	21:505,313
Letras de câmbio	315:960,070
Letras descontadas	735:695,415
Letras a receber.	32:803,921
Letras em liquidação.	15:073,230
Empréstimos e contas correntes com caução, fazendo parte das cauções 243 acções deste Banco	542:704,781
Empréstimos com caução de 98 acções deste Banco	5:139,500
Cauções	995:122,500
Agências e correspondências no país.	187:488,375
Agências e correspondências no estrangeiro	41:185,067
Devedores gerais	983:226,485
Agências devedoras por papéis de crédito depositados (nominal)	741:126,875
Caução da direcção	12:000,000
Efeitos depositados	2.395:843,585
Mobilia	3:083,590
Edifício do Banco	18:000,000
Total	7.648:649,453

PASSIVO

Capital	600:000,000
Fundo de reserva	300:000,000
Fundo de reserva para prejuizos	37:731,015
Depositos à ordem	580:479,519
Depositos a prazo	995:277,530
Letras a pagar	94:051,395
Agências e correspondências no país	21:067,428
Agências e correspondências no estrangeiro	2:760,379
Dividendos a pagar	7:259,444
Imposto de rendimento	178,950
Credores gerais	735:228,748
Papéis de crédito depositados nas agências (nominal)	741:126,875
Cauçoados	995:102,500
Direcção do Banco	12:000,000
Cretores de efeitos depositados	2.395:843,585
Ganhos e perdas.	130:542,414
Total	7.648:649,453

Braga, 13 de Fevereiro de 1912. —Pelo Banco do Minho, os Directores, *João Feio Neves Pereira*—*Bento José Ferreira Braga*.—O Guarda-livros, *José Maria Gomes Belo*.

Está conforme o duplicado, que fica arquivado nesta Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas, em 24 de Dezembro de 1912.—O Inspector Geral, *José Maria Pereira*.

BANCO DO DOURO

Balancete em 31 de Janeiro de 1912

ACTIVO

Caixa—dinheiro em cofre	14:486,442
Letras sobre o país: descontadas, caucionadas e transferências	357:019,443
Letras a receber.	8:315,542
Empréstimos em conta corrente com caução e hipoteca	26:688,670
Agências no país.	9:524,583
Fundos flutuantes	75:278,255
Propriedades e grangeios.	19:219,920
Devedores gerais.	12:901,665
Contas em liquidação.	33:113,181
Edifício do Banco	5:000,000
Movéis e cofres	1:000,000
Vinhos	616,000
Valores depositados	14:533,000
Acções de conta própria sem direito a dividendo (75 2/3)	4:540,000
Depositado em estabelecimentos bancários do Pôrto	31:913,000
Total	611:149,701